

## AJUSTE FISCAL

### CAE analisa R\$ 3,8 bi para o Paraná

Em sua reunião de hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos deverá apreciar parecer do Banco Central sobre operação de crédito entre a União e o governo do Paraná, no valor de R\$ 3,8 bilhões. A operação faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Outra proposta na pauta da CAE é o projeto do senador Pedro Simon que cria condições especiais e diferenciadas de crédito para os agricultores familiares.

PÁGINA 5

## Emendas ao Orçamento serão examinadas hoje

Tebet e sete relatores setoriais decidirão, a partir das 17h, o que será aproveitado entre 7.957 propostas, no total de R\$ 14 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento decide hoje, a partir das 17h, o destino de 7.957 emendas ao Orçamento da União para o próximo ano. O relator-geral da proposta, senador Ramez Tebet, e os sete relatores setoriais examinarão cada uma das emendas coletivas e individuais apresentadas pelos parlamentares, no total de R\$ 14 bilhões. A partir daí, será elaborado o texto final

para a votação da proposta pelo plenário do Congresso, prevista para 15 de dezembro. Como o Orçamento contempla poucos recursos, Tebet diz que só será possível atender emendas que dêem prioridade ao setor produtivo. Na área de planejamento, urbanismo e integração, ele defende a alocação de recursos para a conclusão de obras inacabadas.



Tebet defende emendas que dêem prioridade ao setor produtivo

PÁGINA 3



O plenário do Senado conclui hoje o período de discussão da emenda constitucional que destina recursos à saúde e estará pronto para votá-la

## Plenário pode definir recursos para a saúde

Um novo modelo de custeio da saúde pública, com divisão de responsabilidades entre a União, os estados e os municípios, está previsto na proposta de emenda constitucional que o plenário do Senado deverá examinar hoje. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares, a proposta recebeu substitutivo do senador Esperidião Amin na Comissão de Justiça.

PÁGINA 3

## Auxílio-acidente para doméstica vai à Câmara

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, projeto da senadora Marluce Pinto está sendo encaminhado à Câmara dos Deputados. A proposta acaba com a discriminação a que são submetidos os trabalhadores domésticos.

PÁGINA 5

## Novas regras para pesquisas eleitorais

Os senadores Antonio Carlos Valadares e José Roberto Arruda apresentaram propostas de emenda constitucional com regras mais rígidas para divulgação de pesquisas eleitorais.

PÁGINA 6



German (E) e José Manuel conversaram com Antonio Carlos sobre o acordo da indústria automobilística do Mercosul, que deve ser assinado no próximo dia 8

## Políticos argentinos são recebidos por ACM

O acordo sobre a indústria automobilística no âmbito do Mercosul, que será assinado no dia 8, no Rio de Janeiro, foi o principal tema da audiência concedida ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao senador José Manuel de la Sota e ao ministro das Comunicações da Argentina, German Kammerath.

Os dois políticos, que também foram recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, formam uma chapa que concorre às eleições do próximo dia 20 na província de Córdoba, onde estão sediadas as principais fábricas de automóveis e

autopeças da Argentina. A província mantém um relacionamento comercial intenso e tradicional com o Brasil, com ênfase também na indústria de laticínios.

De la Sota, que já foi embaixador de seu país no Brasil, disse que veio cumprimentar Antonio Carlos e conversar sobre o acordo, que "está oitenta por cento concluído".

O senador argentino acredita que os últimos detalhes ficarão prontos a tempo da reunião dos quatro presidentes dos países do Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

## Ministros do TCU comunicam mudança do presidente da Casa

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência, na tarde de ontem, o atual presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Homero Santos, acompanhado do ministro Iram Saraiva, que deverá sucedê-lo no cargo.

Homero Santos informou que a eleição do novo presidente do tribunal está marcada para o dia 16 de dezembro, tudo indicando que

Iram Saraiva será conduzido por seus pares à direção da Casa.

Iram Saraiva, ex-senador por Goiás, foi indicado na cota do Congresso para compor o plenário do TCU. Ele ressaltou a necessidade de um bom entendimento entre aquela Corte e o Senado para o cumprimento fiel das obrigações estabelecidas por lei ao Poder Legislativo, do qual o tribunal é órgão auxiliar.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Recebe o senador Mauro Miranda, acompanhado de membros do Grupo Parlamentar Brasil-Romênia
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*PDL nº 21/98, que aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo configurados em delitos contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem eles transcendência internacional, concluída em Washington, em fevereiro de 1971; \*PDL nº 90/98, que autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas armadas e equipamentos para o exterior, com a finalidade de prestar o apoio logístico necessário à realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru; \*PDL nº 94/98, que aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir do reconhecimento, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do art. 62 daquele instrumento internacional; e \*Ofício nº S/72/94, que encaminha solicitação do governo do estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, destinadas à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele estado.

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 126/98, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; \*PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais para maiores de sessenta anos; \*PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; \*Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$ 18.454.510,00, cujos recursos, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; e \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 19*
- ▶ 10h30 - Comissão de Educação  
Pauta: \*PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Silvio Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro (RJ); \*PLC nº 012/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLS nº 073/96, que institui o serviço comunitário de telecomunicações; \*PLS nº 166/96, que dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes e institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o recurso de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador; \*PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; \*PDL nº 26/98, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Barriga Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis (SC); e \*Requerimento, de autoria do senador Pedro Simon, propondo a criação de subcomissão permanente incumbida da pesquisa, estudo e monitoramento da programação televisiva, na conformidade do que preceitua o art. 221 da Constituição, bem como de instituição de uma ouvidoria com suas atribuições pertinentes. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 17*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Mensagem nº 216/98, que submete à apreciação do Senado o nome do senhor José Olympio Rache de Almeida, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer o cargo de embaixador do Brasil na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre Brasil e Coreia em 1/9/95; \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 3/4/97; \*PDL nº 19/98, que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre bens culturais furtados ou ilícitamente exportados, celebrada em Roma, no dia 24/6/95; \*PDL nº 20/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Montevideu, em 6/5/97; \*PLC nº 48/98, que

dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; \*PDL nº 12/98, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24/10/91, celebrado entre o Brasil e a Alemanha, em Brasília, no dia 26/5/97; e \*PDL nº 14, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 7*

### PREVISÃO DA SEMANA

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; \*PLS nº 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica; \*PDL nº 41/98, que aprova o ato que renova a concessão da Santarém Rádio e TV Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém (PA); \*PDL nº 42/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte (MG); \*PDL nº 43/98, que aprova o ato que renova a concessão da S/A Rádio Pelotense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas (RS); e \*Parecer nº 613/88, que submete à deliberação do Senado o nome do senhor Luiz Augusto Horta Nogueira para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, para completar o período remanescente do mandato do ex-diretor Ricardo Pinto Pinheiro.

Quinta-feira (3.12.98)

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 52/94, que dá nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869/73, Código de Processo Civil, que dispõe sobre o arquivamento e eliminação de autos processuais findos; \*Ofício nº S/1/95, que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Espírito Santo para contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor de R\$ 17.000.913,00, equivalentes a US 20 milhões, em 30/9/94, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental; \*Ofício nº S/71/95, que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo para que possa contratar operação de crédito externo a ser realizada junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de US 44 milhões, equivalentes a R\$ 41.000.976,00, em 30/9/95, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de parte da contrapartida estadual no Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo; \*Diversos nº 34/95, que solicita pronunciamento desta Casa, através da Comissão de Assuntos Econômicos, no que tange à competência privativa do Senado Federal; \*Diversos nº 90/96, que propõe a alteração do parágrafo único do art. 14 e do art. 15 da MP nº 1.490-14/96, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais; e \*Diversos nº 91/96, que apresenta anteprojeto de lei que dispõe sobre refinanciamento, pela União, de débitos internos das administrações direta e indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Sexta-feira (4.12.98)

- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil (*factoring*); \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento (Conade); \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal -, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 5*

### ESPECIAL

Quarta-feira (2.12.98)

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Policarpo Quaresma*, de Paulo Thiago. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Comissão aprecia hoje emendas ao Orçamento

Relator da proposta, senador Ramez Tebet disse que não será possível atender as solicitações de todos os parlamentares

Está marcada para hoje, às 17 horas, reunião do colegiado de relatores da Comissão Mista de Orçamento para avaliação das emendas individuais e coletivas apresentadas pelos parlamentares. Os relatores setoriais e o relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vão decidir sobre cada emenda e fazer a redação do texto final para a votação da proposta orçamentária no plenário, prevista para o dia 15 de dezembro, de acordo com resolução aprovada pelo Congresso para apressar a tramitação da matéria.

Segundo Ramez Tebet, foram apresentadas 7.957 emendas individuais e coletivas, no valor total de R\$ 14 bilhões. O senador adiantou que não será possível atender às solicitações dos parlamentares nesse valor, principalmente num orçamento feito em ano atípico, com rigoroso ajuste fiscal e contenção de despesas por parte do governo. A previsão do senador é de que até o final da semana o colegiado de relatores encerre o trabalho de avaliação das emendas.

Como o Orçamento é de poucos recursos, Ramez Tebet acha que só será possível atender a emendas que dêem prioridade



Tebet coordena o trabalho de analisar 7.957 emendas, no valor de R\$ 14 bilhões

ao setor produtivo. Na área de Planejamento, Urbanismo e Integração Regional, o senador defende a alocação de recursos para terminar obras inacabadas. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), relator da comissão nesse setor, também já defendeu, no plenário, a conclusão de obras inacabadas.

– Não será possível contemplar emendas que prevêem obras novas – afirmou Tebet.

Junto com as assessorias da Câmara e do Senado, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento estão fazendo uma rigorosa avaliação das estimativas de receita e despesa, feitas pelo Executivo no Orçamento para 1999, informou o senador. Pela segunda proposta de Orçamento para 1999 enviada pelo Executivo ao Con-

gresso, depois do ajuste fiscal, a receita total ficou em R\$ 199,9 bilhões e as despesas em R\$ 183,6 bilhões, o que dá um superávit primário (sem contar gastos com juros) de R\$ 16,3 bilhões.

Na proposta orçamentária enviada antes do ajuste fiscal, a receita total era de R\$ 196,5 bilhões e as despesas eram de R\$ 187,8 bilhões. O superávit primário estava previsto em R\$ 8,7 bilhões.

## OS RELATORES

Os sete relatores setoriais da comissão designados para cada área temática são os seguintes:

1. Poderes do Estado, Representação e Defesa – deputado João Fassarela (PT-MG);

2. Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio – deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG);

3. Infra-Estrutura – deputado João Henrique (Bloco PMDB/Prona-PI);

4. Educação e Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia – deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ);

5. Saúde, Trabalho e Previdência – deputado Rommel Feijó (PSDB-CE);

6. Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal – deputado José Lourenço (PFL-BA);

7. Planejamento, Urbanismo e Integração Regional – senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

## Senadores examinam proposta que destina recursos à saúde pública

O plenário do Senado pode votar, hoje, a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A emenda recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Esperidião Amin (PPB-SC), que propôs pequenas



Valadares

alterações em um projeto substitutivo.

De acordo tanto com a proposta original quanto com o substitutivo, a União terá que destinar todo ano pelo menos 30% dos recursos do seu orçamento de seguridade social para o Sistema Único de Saúde. Os estados e o DF destinarão ao SUS pelo menos 12% e os municípios 10%, incluídas as receitas provenientes de transferências constitucionais da União. O município que não cumprir a determinação poderá sofrer intervenção tanto da União quanto do estado.

## DROGAS

Na quarta-feira, o plenário do Senado discutirá projeto de lei que

trata da prevenção, tratamento, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas. Estão tramitando juntos dois projetos – um do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o outro do deputado Elias Murad (PSDB-MG). O relator das duas propostas na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), decidiu propor um projeto substitutivo, aproveitando os dois textos.

A proposta inova ao instituir o dever de sigilo processual, desde a fase do inquérito policial, e proíbe a divulgação dos valores das drogas apreendidas. Além disso, o projeto permite a redução da pena quando o condenado estiver disposto a trabalhar.



A sessão do Congresso que votará a Medida Provisória 1.720 está marcada para as 14h30 de quarta-feira

## Congresso vota na quarta-feira contribuição extra de servidor

Durante cinco anos, a partir de 1º de fevereiro do ano que vem, os servidores públicos federais pagarão uma contribuição previdenciária adicional de 9 pontos percentuais sobre a parte de seus salários que passar de R\$ 1.200,00. A contribuição normal de 11% continuará sendo cobrada sobre todos os vencimentos.

A contribuição adicional é instituída pela Medida Provisória nº 1.720, que deverá ser votada pelo Congresso nesta quarta-feira, em sessão que começará às 14h30. A MP é apontada pelo governo como um dos pontos mais importantes do ajuste fiscal anunciado pelo presidente da República no final do mês passado.

Na último dia 26, o presidente da República reeditou a MP 1.720 com uma mudança importante, a qual determina que os pensionistas que ganham até R\$ 1.200 pagarão a contribuição previdenciária de 11%. Se a pensão for superior a esse valor, será cobrado um adicional de 9 pontos percentuais, a exemplo dos servidores da ativa. A cobrança para pensionistas ocorrerá depois de 1º de março de 99.

Conforme informações da liderança do governo no Congresso, os líderes dos partidos que apóiam o governo pretendem apresentar emenda à MP 1.720 para que os aposentados do serviço público federal também paguem contribuição previdenciária de 11%, além do adi-

cional de 9 pontos percentuais (no caso de aposentadorias superiores a R\$ 1.200,00).

A cobrança para os aposentados não foi incluída na reedição da medida provisória porque ela já foi rejeitada neste ano pelo Congresso. No entanto, de acordo com a liderança governista no Congresso, ainda existe a possibilidade de apresentação de uma emenda com esse objetivo, nesta sessão legislativa, desde que ela conte com o apoio de metade dos deputados ou dos senadores. O prazo para apresentação de emendas vai até às 18h30 de hoje.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional com a MP 1.720, o presidente da República anexou exposição de motivos do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, onde ele afirma que os gastos com aposentados e pensionistas cresceram muito nos últimos sete anos. “Essa tendência poderá inviabilizar o serviço público se não forem adotadas medidas urgentes e eficazes”, pondera Waldeck Ornelas.

O ministro informa que, em 1990, os gastos com aposentados e pensionistas consumiam 25% das verbas usadas no pagamento de ativos e inativos e, em 1997, o percentual pulou para 42,7%. Em valores, os gastos com ativos ficaram em R\$ 26,16 bilhões no ano passado, enquanto os pagamentos de aposentados e pensionistas somaram R\$ 19,5 bilhões.

## Equilíbrio das contas é o objetivo

A cobrança do adicional de 9 pontos percentuais sobre os salários dos ativos ajudará a produzir, a curto prazo, um equilíbrio nas contas previdenciárias da União, permitindo que, a longo prazo, seja implantado um sistema equilibrado e viável atuarialmente, conforme o ministro da Previdência. Ele destaca que, com o adicional, a União limitará o gas-

to dos inativos a 12% de sua receita corrente líquida, o mesmo percentual exigido de estados e municípios.

Ainda de acordo com a justificativa do governo federal, o adicional para servidores da ativa renderá no ano que vem R\$ 3,1 bilhões, enquanto a contribuição permanente (11%) somará R\$ 1,7 bilhão.



Maldaner: cidades catarinenses não têm problemas como trânsito e violência

## SC tem cinco dos dez municípios de maior qualidade de vida no país

Ao elogiar os índices de qualidade de vida alcançados por Santa Catarina, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que seu estado não tem nenhuma metrópole, mas dispõe de meia dúzia de cidades-pólo, todas de porte médio de desenvolvimento, que não enfrentam graves problemas de violência ou de trânsito.

O parlamentar informou que cinco municípios de Santa Catarina foram listados entre as dez cidades brasileiras de melhor qualidade de vida. Segundo ele, Florianópolis foi considerada a segunda melhor cidade do Brasil para se viver. E no campo, uma enorme quantidade de minifúndios garante o abastecimento das cidades.

Maldaner explicou que a indústria catarinense, competitiva em diversas frentes de atuação, tanto no âmbito nacional quanto internacional, está entre as mais dinâmicas do país. Depois de mencionar as pequenas e médias empresas e o turismo como geradores de empregos, ele destacou a boa distribuição de renda existente no estado.

– Santa Catarina tem um vasto e diversificado parque industrial. Sadia, Perdígão, Ceval, Tigre, Cônsul, Weg, Hering, Marisol, Cocrisa, Portobelo, Eliane e Portinari são apenas algumas entre as mais conhecidas no Brasil, mas que já ocupam também posição de destaque no mercado internacional – desatacou.

Em seu discurso, Maldaner referiu-se à matéria do jornal *Gazeta Mercantil* sobre casos bem-sucedidos da indústria catarinense.

Segundo o senador, o jornal deu destaque para o trabalho desenvolvido pela empresa Haco, de Blumenau, há quase meio século produtora de etiquetas tecidas para empresas nacionais ou estrangeiras.

# Lobão elogia esforço para disciplinar reposição de peças

Para senador, ministro da Justiça age corretamente ao pedir abertura de processo contra importadores de veículos sem estoque de peças

O senador Edison Lobão (PFL-MA) aplaudiu a iniciativa do ministro da Justiça, Renan Calheiros, de aplicar o Código de Defesa do Consumidor aos importadores de veículos automotores que não estão mantendo estoques de peças de reposição.

Lobão lembrou que o ministro da Justiça determinou à Secretaria do Direito Econômico (SDE) abertura de processo contra os importadores de bens duráveis pela falta de peças de reposição no mercado, da qual decorre, na avaliação do senador, inaceitável dano ao consumidor. A decisão ministerial, acrescentou, foi provocada pelo elevado número de reclamações procedentes de todo o país.

– Reclamações e denúncias vêm sendo feitas em grande número, especialmente contra importadores de automóveis, setor em que a fraude seria abundante contra o próprio erário e, de modo muito particular, contra o público. Parece ter-se tornado rotina a venda de veículos importa-



Edison Lobão diz que, em alguns casos, o comprador recebe as peças seis meses após o pedido

dos sem que existam, no mercado, peças de reposição, conforme exige a legislação que se aplica ao caso – afirmou Lobão.

Segundo o senador, assim que procura adquirir peças para o seu veículo, o comprador é informado de que terá de aguardar de 40 a 45 dias, tempo necessário para que a empresa importe a peça reclamada. “É mesmo esse prazo absurdo é ultrapassado com muita frequência,

podendo chegar a seis meses.”

– Merece, portanto, todo o apoio a iniciativa tomada pelo ministro Renan Calheiros, bem como sua afirmativa de que há de ser respeitado o direito do cidadão, razão pela qual aqueles que vêm fraudando a lei serão punidos com a severidade prevista pela própria lei fraudada, podendo receber multas de R\$ 200,00 até R\$ 3 milhões – afirmou Edison Lobão.

O senador disse, ainda, que é preciso que as autoridades governamentais verifiquem as acusações de que os importadores de veículos automotores adquirem sua mercadoria a preços bem menores do que os praticados no mercado, em troca do compromisso de custear campanhas publicitárias.

– Esses importadores beneficiam-se com o pagamento de impostos menores, uma vez que o preço de compra seria fictício. Aqui, o dano é causado ao Tesouro Nacional, por burla fiscal que precisa ser combatida com o máximo rigor – concluiu Lobão.

## Júlio Campos defende aprovação de projeto para proteção a testemunha

A aprovação do projeto de lei que obriga o Estado a proteger vítimas ou testemunhas de crimes pode, na opinião do senador Júlio Campos (PFL-MT), autor da proposta, “vir a dar um fim a chacinas como as que ocorreram na Candelária e em Vigário Geral”. O senador dirigiu apelo à Câmara dos Deputados pedindo uma rápida tramitação da matéria.

Júlio Campos lembrou que o projeto estabelece medidas que podem ser requeridas pela Polícia Judiciária ou pelo Ministério Público à autoridade judicial, visando “resguardar a vida, a integridade física e mental e o patrimônio da vítima ou testemunha de crime”, sempre que estiverem ameaçados em função de sua colaboração com a Justiça.

De acordo com a proposta, vítimas e testemunhas de crimes terão asseguradas a vigilância e proteção policial, a hospedagem em local seguro, a mudança de domi-

cílio e a assistência social, assim como a assistência econômica temporária. Tais benefícios poderão ser estendidos a seus familiares.

Campos disse acreditar que a aprovação do projeto tornará a “Justiça criminal mais eficaz e instituirá um novo padrão de respeito à dignidade das pessoas”. Para o senador, o atual processo judiciário penaliza a vítima de novo, enquanto as testemunhas tornaram-se “alvo de violência”, pelo fato de colaborarem “com o estabelecimento da verdade e o cumprimento da Justiça”.

A sociedade brasileira, na avaliação de Campos, já não admite cenas em que “cidadãos de bem são humilhados e espancados covardemente, como ocorreu em Diadema e na Cidade de Deus”, disse o senador. Ele entende que o projeto de lei de sua autoria irá contribuir, “de modo concreto”, para a diminuição dos índices de



Júlio Campos: objetivo da proposta é “dar um fim a chacinas como a da Candelária”

criminalidade do país.

Por isso, o senador pediu que a Câmara dos Deputados examine a matéria “com a maior urgência possível”. Ele disse que a sociedade ganhará com a rápida tramitação do projeto, “na mesma medida em que cidadãos desvalidos podem perder muito com o seu atraso”.

## Brasil branco deve perdão aos negros, diz Alcântara

Em discurso sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que “todo o Brasil branco deveria pedir perdão à raça negra pelas atrocidades que foram cometidas durante séculos contra homens, mulheres, velhos e crianças de origem africana que construíram com trabalho, com coragem, com sangue e com orgulho uma parte muito importante da cultura brasileira”.

Alcântara lembrou que em 1870 o Brasil era o único país americano a praticar a escravidão, que só foi abolida em 1888, por pressões de ordem econômica. À época, observou, membros esclarecidos das elites brasileiras já entendiam que a reprodução em larga escala do capital nacional baseada no trabalho escravo não respondia mais às exigências das novas relações de produção definidas pelos centros internacionais hegemônicos.



Lúcio Alcântara

– A lógica das relações sociais e econômicas no Brasil precisava mudar logo, pois a manutenção da escravatura estava atrapalhando o desenvolvimento do processo de acumulação de capital – analisou.

O fim do trabalho escravo, ressaltou, significaria maior produção, mais produtividade e, conseqüentemente, mais lucros em favor da Inglaterra e das metrópoles colonialistas. Por esse motivo, observou, a Inglaterra, maior potência do mundo no século passado, tinha como uma de suas maiores preocupações o fim da escravidão, e a diplomacia inglesa não perdia a oportunidade de condená-la.

Alcântara lembrou que foi só em 1888, “depois de três séculos de sofrimento, quando já não era mais rentável para os brancos manter escravos, que milhares de negros deixaram o cativeiro”, afirmou. O senador frisou que os negros que vieram para o Brasil, e seus descendentes, “resistiram heroicamente e derramaram seu sangue em defesa da liberdade, dos direitos humanos e contra a odiosa discriminação racial que ainda prevalece em nosso meio”.

# CAE analisa crédito da União ao Paraná

Operação a ser realizada no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados prevê recursos para saneamento das instituições do sistema financeiro paranaense



Senadora Marluce Pinto é autora do projeto, aprovado em caráter terminativo pela CAS

## Auxílio-acidente para empregado doméstico vai à Câmara

Projeto de autoria da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico deverá agora ser apreciado pela Câmara dos Deputados. Aprovada em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais, a proposta modifica a lei sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e não foi objeto de recurso de um décimo dos senadores, o que a sujeitaria à deliberação do plenário do Senado.

O auxílio-acidente é concedido como indenização aos segurados da Previdência Social cuja capacidade funcional tenha sido reduzida em função de seqüelas decorrentes de acidente de qualquer natureza. O benefício é mensal e tem caráter vitalício, correspondendo a 50% do salário-benefício do segurado.

Ainda conforme o projeto aprovado, o benefício será devido a partir do primeiro dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença e pode ser acumulado com qualquer outra remuneração auferida pelo acidentado.

Para a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), autora do parecer favorável ao projeto, manter os empregados domésticos à margem do auxílio-acidente, como o faz a lei sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, de 1991, significa admitir "aquela visão distorcida e preconceituosa de que o trabalho doméstico é uma atividade menos nobre que as demais".

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar na reunião de hoje, às 10h, parecer do Banco Central sobre operação de crédito entre a União e o governo do Paraná, no valor de R\$ 3,8 bilhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Os recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele estado.

Serão apreciados ainda na reunião da CAE, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), mais três pareceres do Banco Central relacionados a operações de crédito de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Alagoas, todas incluídas no programa de ajuste fis-

cal dos estados.

A comissão examinará, também, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que assegura condições especiais e diferenciadas ao crédito rural para agricultores familiares. Atualmente, esse crédito especial é assegurado apenas aos assentados em áreas de reforma agrária. Ainda está na pauta outra proposição de Simon instituindo descontos no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de 65 anos.



Comissão de Assuntos Econômicos apreciará também operações de financiamento para Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Alagoas

## Requião protesta e entra na Justiça contra empréstimo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu ontem, em plenário, carta por ele dirigida ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Pio Borges, protestando contra a proposta de utilização, pelo governo do estado do Paraná, de ações da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) como caução de um empréstimo pleiteado junto ao banco. Segundo o senador, esse crédito, de R\$ 2 bilhões, será destinado ao pagamento da folha de funcionários do estado.

Ele criticou também pedido de "um empréstimo de R\$ 4,1 bilhões para saneamento" do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Requião disse ter deixado o Banestado em "excepcionais condições", ao término de seu mandato no governo do Paraná. Esse mérito, segundo o parlamentar, fora reconhecido pelo presidente do banco designado pela atual administração estadual, quando da posse deste. Requião destacou que, há três anos e meio, o Banestado apresentava mais lucros que todos os bancos privados e públicos, à exceção do Banco Safra.

O senador disse ter tomado conhecimento, através da imprensa paranaense, de que o pedido de empréstimo para saneamento do banco já tem parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele informou que a votação do empréstimo ocorre hoje. O parlamentar afirmou que a imprensa do estado já noticiou que o relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES), elaborou parecer favorável, na contramão dos pedidos encaminhados pelos governos do Espírito Santo e de Mato Grosso e que foram recusados.

— O Senado funciona com acordos políticos. Nada, porém, impedirá este senador de tornar pública a situação do estado do Paraná. Nada me impedirá de denunciar inclusive o meu partido que, na sua aliança cega com o governo federal,



Requião acusa o atual governo do Paraná de ter quebrado o Banestado

atropela estados e inviabiliza o futuro para render-se apenas a circunstâncias de governos — afirmou Requião. Ele destacou que o saneamento será "feito por aqueles que quebraram e roubaram o Banco, e não por meio de intervenção do Banco Central".

Lembrando que o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, aprovou investimentos de R\$ 2 bilhões para sanear as divisas do Japão, Requião acrescentou:

"Menos, portanto, para salvar o iene do que o governador do Paraná pretende para um suposto saneamento do banco do estado, quebrado irresponsavelmente em uma gestão". O senador observou ainda que a quantia pleiteada é maior que a recebida com a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

Para o senador, é preciso acabar com o que chamou de "farra de empréstimos na República". Recordou que o Banestado foi o banco que mais comprou letras financeiras dos estados na fraude dos precatórios e que mais ilícitos teve em sua administração, hoje sob investigação do Ministério Público Federal. Requião também questionou o montante gasto em publicidade pelo governo do estado (R\$ 400 milhões, em quatro anos) e pelo banco (R\$ 40 milhões, este ano).

Na carta destinada a Borges, o senador questiona a garantia do empréstimo. Para ele, o oferecimento de ações da estatal como garantia é uma forma de burlar o inciso VII do artigo 52 da Constituição, que atribui ao Senado o poder de "dispor sobre os limites de endividamento externo e

interno dos entes de direito público".

Segundo Requião, o governo do estado do Paraná enviou mensagem à Assembléia Legislativa do estado propondo aprovação de uma lei que autoriza que as ações da Copel sejam dadas em garantia. O senador lembrou que, quando governador, recusou a venda dessas ações por R\$ 74,00, ao passo que hoje elas estão prestes a ser entregues por menos de R\$ 7,00. Ele disse que o governo estadual "está lançando mão de todos os meios de pressão e coerção sobre os deputados paranaenses, a fim de que o projeto seja convertido em lei em prazo recorde", em menos de uma semana.

Na carta, Requião anuncia sua intenção de ingressar com ação direta de inconstitucionalidade para garantir a prerrogativa do Senado, assim como propor uma ação popular contra a medida. Além disso, quer denunciar o fato junto ao Ministério Público, para instauração de ação civil pública. Segundo ele, a aprovação desses dois empréstimos "transformará o Paraná num estado de governo mais difícil que Alagoas".

## Jucá pede solução para Banco de Roraima

A situação dos empregados do Banco do Estado de Roraima (Baner), há dois meses sem salários, tem preocupado o senador Romero Jucá (PFL-RR). Ele informou ontem que os salários dos empregados do banco não estão sendo pagos com regularidade, e por isso enviou ao Banco Central solicitação para que acompanhe a situação da instituição e o cumprimento de suas obrigações com os trabalhadores e demais compromissos assumidos.

Jucá teme que aconteça com o Baner o mesmo ocorrido com o antigo Banco Federal de Roraima, que acabou liquidado. Quando governador do estado, ele foi o responsável,

junto com o ex-presidente José Sarney, pela criação do Baner, em fevereiro de 1990. Ontem, o senador lamentou que o banco não esteja prestando à população os serviços relevantes que "foram característicos nos seis primeiros anos desde sua fundação", nem atue como agência de fomento à produção, conforme consta de acordo da instituição com o Banco Central.

— O Baner está sendo mal gerido, direcionado a atividades político-partidárias. Eu vejo com tristeza os servidores tendo que invadir a sede do banco para forçar uma negociação que resolva os seus problemas. A interferência do Banco Central é impor-



Jucá garante que o banco "está sendo mal gerido e direcionado a atividades políticas"

tante para que o povo não venha a pagar a conta da má administração do governador Neudo Campos — afirmou o senador.

# Suassuna propõe resolução para perda de arrecadação dos estados

Evasão de receita decorrente da criação de fundo voltado para o ensino fundamental não pode ser compensada atualmente devido a restrições criadas pela legislação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de resolução que pretende melhorar as condições para os estados realizarem operações de crédito, superando obstáculos da Resolução nº 78 e restabelecendo o sentido da medida provisória com que a União decidiu compensar os estados pelas perdas de receita decorrentes da Lei 9.424, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

A criação desse fundo foi feita com parcelas do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), do FPE (Fundo de Participação dos Estados), do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), recursos esses devidos aos estados e ao Distrito Federal. Houve, na prática, uma transfe-

rência de receita dos estados para os municípios. Em função disso, a União criou um tipo especial de operação de crédito destinada a compensar essas perdas de receita.

Mas este ano, com a Resolução nº 78 do Senado, ficaram mais rígidas as condições para a contratação de operações de crédito pelos estados, municípios e DF. Junto com o processo de renegociação da dívida global dos estados, estes acabaram impossibilitados de contratar novas operações de crédito, ficando sem condições de compensar aquelas perdas. Como forma de "viabilizar a aplicação da medida provisória que criou a compensação", o senador paraibano propõe outro projeto de resolução dispensando as exigências contidas em alguns dispositivos da Resolução nº 78 "exclusivamente para o tipo de operação descrita



Suassuna quer viabilizar a aplicação da medida provisória, sem prejudicar os estados e os municípios

neste projeto".

A proposta de Suassuna fica restrita à contratação de operações de crédito nos exercícios fi-

nanceiros de 1998, 1999 e 2000. O projeto do parlamentar foi enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

## PESQUISAS ELEITORAIS



Valadares defende controle para assegurar livre escolha do eleitor

## Emenda de Valadares fixa normas e prevê punições

Tramita no Senado proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece normas para a realização e divulgação dos resultados de pesquisas eleitorais. Ela foi apresentada à Mesa no dia 12 e encaminhada para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda indicação de um relator.

A proposta estabelece que compete a lei federal estabelecer normas sobre a realização de pesquisas eleitorais e limitar a sua divulgação no período de campanha a no máximo 15 dias antes do pleito (reduzindo-se este prazo para até três dias, no segundo turno), e determina que deverão ser definidas penas de detenção e multa aos responsáveis pelo não cumprimento da norma.

Valadares afirmou que sua proposta foi motivada pelas denúncias de fraude

na divulgação de pesquisas eleitorais e pela iminência de constituição de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação dos institutos de pesquisa nas últimas eleições.

Ele defendeu um maior rigor da legislação para preservar o respeito à ética e ao direito dos cidadãos de escolher livremente seus candidatos.

— A proposta objetiva contribuir para o melhor funcionamento do processo eleitoral, mediante o estabelecimento de restrições de tempo para a divulgação das pesquisas eleitorais na imprensa, em consonância com os princípios constitucionais do respeito aos valores e direitos dos cidadãos, em especial a liberdade de consciência e de crença, fundamentais para a consolidação de uma democracia mais participativa no país — completou Valadares.

## Proposta de Arruda reduz os prazos de divulgação

Uma lei federal poderá limitar os prazos de divulgação de pesquisas eleitorais, evitando que elas interfiram na vontade do eleitor, se for aprovada proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Para ele, não há dúvidas de que as pesquisas influenciam os eleitores, ferindo a liberdade de consciência e crença, garantida pelo artigo 5º da Constituição.

A proposta prevê ainda que a divulgação de pesquisa eleitoral nos meios de comunicação estará sujeita às restrições mencionadas no inciso II, parágrafo 3º, do artigo 220 da Constituição. Segundo este inciso, lei federal deve estabelecer os meios legais para garantir à pessoa e à família "a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão" que contrariem princípios culturais, educativos, informativos, artísticos e de respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.



Para Arruda, não há dúvidas de que as pesquisas influenciam os eleitores

Arruda lembra que até o Tribunal Superior Eleitoral concorda que impedir a divulgação de pesquisas, inclusive no dia das eleições, fere o direito de informação assegurado pelo artigo 5º da Constituição, mas o mesmo artigo declara que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença". Para o senador, a divulgação de "resultados de pesquisas eleitorais como se retratassem fielmente o pensamento de um conjunto representativo do eleitorado, interferindo diretamente na formação da vontade do eleitor, deve ser limitada", pois fere a liberdade de consciência e de crença.

## Contag divulga vídeos sobre reforma agrária

Os trabalhadores rurais produzem não apenas alimentos, mas também cultura. A afirmação poderá ser confirmada de amanhã a sexta-feira, quando estará acontecendo, em Brasília, o 3º *Video Terra*, mostra competitiva de vídeos que tratam da reforma agrária e de outros temas, do ponto de vista de quem faz e vive a história.

Em entrevista à TV Senado, a diretora da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura), Raimunda de Mascena, informou que mais de 125 vídeos foram inscritos para concorrer aos troféus *Contag 35 Anos* e *Video Terra*.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30, Raimunda falou também da necessidade de investir na melhoria dos assentamentos e de agilizar as desapropriações de terras improdutivas. A diretora da Contag explicou ainda por que a reforma agrária dá um retorno positivo à sociedade.

## Delfim acha que ajuste fiscal não vai funcionar

Não há garantia de que o ajuste fiscal promovido pelo governo seja definitivo. Foi o que afirmou o deputado Delfim Netto (PPB-SP), no programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 13h30 e às 21h15.

Citando experiências realizadas em vários países do mundo, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento informou que as medidas baseadas no corte de despesas de custeio foram as mais bem sucedidas. Delfim condenou o corte de investimentos, a manutenção do câmbio artificial e a alta taxa de juros, que, segundo ele, prejudicam as exportações. Fez, ainda, uma denúncia: no mês da eleição houve aumento dos gastos com programas do governo, como o Brasil em Ação, o que provocou elevação do déficit público.

Participaram do programa, como entrevistadores, os jornalistas Helival Rios, da TV Senado, e Ribamar Oliveira, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

## Mercosul e cinco tratados na pauta da CRE hoje

Projeto de decreto legislativo versando sobre protocolo de integração educacional entre os países do Mercosul será apreciado na reunião de hoje, às 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O projeto refere-se à formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação e obteve parecer favorável do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A comissão irá discutir, ainda, a indicação de José Olympio Rache de Almeida para exercer, cumulativamente, os cargos de embaixador do Brasil na Finlândia e na Estônia. O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) é o relator do tema e a decisão da comissão será tomada em reunião secreta, conforme determina o Regimento Interno da Casa.

Na pauta da comissão consta, também, discussão sobre o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Coreia



Artur da Távola

do Sul, com parecer favorável da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), e sobre o Acordo de Serviços Aéreos celebrado entre o Brasil e a Hungria, com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Protocolo adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, que objetiva facilitar as atividades empresariais entre o Brasil e o Uruguai, também será apreciado pela CRE. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elaborou parecer favorável acerca da matéria.

A aprovação do Acordo de Cooperação na área de Turismo acertado entre o Brasil e Guiné-Bissau também está na pauta da CRE. A matéria obteve parecer favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ). A comissão também vai discutir a aprovação de protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Financeira celebrado entre o Brasil e a Alemanha.

## Participantes aprovaram seminário de comunicação

A Coordenação de Relações Públicas do Senado divulgou o relatório final com os resultados da pesquisa de avaliação do I Seminário de Comunicação Legislativa que mostram um resultado positivo do evento. O seminário foi promovido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado entre os dias 16 e 18 de novembro, com o objetivo de incentivar a troca de informações e o debate entre os profissionais de comunicação das Casas legislativas brasileiras.

Foram apresentadas aos participantes 12 questões fechadas e um espaço aberto destinado a comentários gerais. Entre os pesquisados, 87% consideraram "boa" ou "ótima" a eficiência na divulgação e for-

necimento de informações pela organização do evento e 80% indicaram como "boa" ou "ótima" a eficiência de serviços prestados durante o encontro.

Os dados indicaram também uma avaliação favorável das apresentações. A "dinâmica das apresentações" teve 65% de indicações como "boa" e 17% como "ótima". O domínio do conteúdo pelos palestrantes foi considerado "bom" ou "ótimo" por 89% dos pesquisados.

O tópico que recebeu pior avaliação no conjunto dos questionários foi a "adequação na seqüência dos temas apresentados", que teve 17% de indicações como "ruim". O mesmo tópico foi considerado "bom" ou "ótimo" por 75%.

### ILB debate a reforma administrativa

Reforma Administrativa é o assunto da palestra que o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promove amanhã, às 10h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Na exposição, o professor Gilberto Guerzoni, consultor do Senado, comentará as mudanças nas regras da administração pública, tocando em te-

mas como estabilidade, regime jurídico e remuneração. Em 1999, o ILB planeja promover um ciclo de palestras sobre temas do interesse da população. Para isso, o instituto pede que o público encaminhe sugestões de assuntos pelo fax: 311-1431 ou pelo telefone 311-1391.

### Coral do Senado faz concerto de Natal

As quinze diferentes tonalidades de azul dos vitrais do Santuário Dom Bosco, na Quadra 702 Sul, emoldurarão o concerto de Natal deste ano do Coral do Senado, hoje. A apresentação contará com a participação es-

pecial do Grupo Mosaico (ex-Orquestra de Senhoritas) e de um pequeno coro infantil, formado por filhos de funcionários do Senado. O concerto começa às 20h30 e tem entrada franca.

# Quintanilha quer tribunal mundial para ditadores

Nações se organizariam para criar uma corte capaz de punir violadores dos direitos humanos, inclusive para quem pratica o terrorismo

As nações devem se unir para constituir um tribunal penal internacional, onde poderiam ser julgados terroristas ou ditadores perversos. A idéia foi defendida em discurso ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), preocupado com a soberania das nações a partir da decisão da Câmara dos Lordes da Inglaterra de não reconhecer imunidade diplomática ao ex-presidente chileno Augusto Pinochet.

– Preocupam-me os riscos que um precedente inusitado, como o da Câmara dos Lordes, possam abrir na relação entre as nações. A começar pelo próprio Chile, onde a estrutura da democracia ainda é muito frágil e pode sofrer rupturas em consequência deste ato. E as demais nações? O que lhes pode assegurar que sua soberania será respeitada? Quem pode se arvorar de magistrado do mundo? – continuou o senador.

As democracias em países que estiveram sob ditaduras perversas, conforme Leomar Quintani-



Quintanilha ressaltou que não defendia Pinochet, mas sim a soberania das nações

lha, costumam ser frágil exatamente por causa das ações dos ex-governantes. Por isso, ele acredita ser necessário encontrar um foro internacional para julgar quem tenha cometido "barbáries contra a humanidade."

### GLOBALIZAÇÃO

Depois de ressaltar que não estava defendendo o ex-presidente Augusto Pinochet, Quintanilha disse que a Câmara dos Lordes da Grã-Bretanha "errou ao adotar tal procedimento". Ele lembrou que a França recusara antes o mesmo pedido de visto do ex-presidente chileno para que ele visitasse o país. "Por que

a Inglaterra não fez o mesmo? Concedeu o visto e acabou deitando o ex-presidente".

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) considerou importante que, depois da globalização da economia, os direitos humanos também possam ser tratados de forma globalizada. "Não tenho dúvidas de que a ação do ex-presidente Pinochet foi um ultraje aos direitos humanos do povo chileno. Não advogo a interferência dos países de forma afrontosa, mas é positivo o fato de os direitos humanos também passarem a ser discutidos em uma perspectiva global", disse.

## CE discute taxa extra dos cigarros

Projeto de lei de autoria do senador Odacir Soares (PTB-RO) dispendo sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes será apreciado pela Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, às 10h30. Odacir quer a instituição de uma taxa de 10% sobre a venda de todos os produtos contendo nicotina, cuja arrecadação seria destinada ao incentivo do esporte amador. A matéria obteve parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), discutirá, ainda, requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propondo a criação de uma subcomissão permanente com a finalidade de elaborar estudos e monitorar a programação televisiva.

De acordo com o requerimento do senador Pedro Simon, a subcomissão proposta deverá fiscalizar o cumprimento do ar-



Desejo do senador Odacir Soares é destinar taxa extra sobre cigarros para o esporte amador

tigo 221 da Constituição, que determina, entre outros princípios, que as televisões devem produzir uma programação condizente com os valores éticos e sociais da pessoa e da família, além de dar preferência à realização de programas educativos, culturais, artísticos e informativos.

### CONCESSÕES

Também constam na pauta da CE para hoje seis projetos de decreto legislativo dispendo sobre a renovação de concessões e permissões de funcionamento para empresas de telecomunicações localizadas em Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Todos os projetos receberam parecer favorável dos senadores que analisaram as matérias e dispõem sobre as seguintes empresas:

Rádio Barriga Verde Ltda. (Florianópolis-SC), com parecer do senador Esperidião Amin (PPB-SC); Rádio e Televisão Columbia Ltda. (Lorena-SP), Rádio Difusora Guararapes Ltda. (Guararapes-SP), Rádio Cultura de Taubaté (Taubaté-SP), com parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP); Rádio Gaúcha S.A. (Porto Alegre-RS) e Rádio FM Pampa Bajé Ltda. (Bajé-RS), com parecer elaborado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

# Alcântara cobra mais rigor na punição de escuta ilegal

Projeto que será examinado pela CCJ em caráter terminativo corrige contradições da legislação e permite a aplicação de penas maiores ao crime de interceptação ilegal de informações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) regulamentando a legislação que trata dos crimes de interceptação de comunicações e uso de informações obtidas ilegalmente. O objetivo da proposta é corrigir contradições entre o Código Penal e a Lei nº 9.296 – que, ao regulamentar a Constituição, disciplinou a matéria.

Lúcio Alcântara explica que a lei mais recente impôs para esse tipo de delito penas mais severas que as previstas no Código Penal. Isso obriga a aplicação do

princípio da “lei mais benéfica”, frustrando a aplicação de sanção mais rigorosa prevista na lei. O senador aponta também graves erros no artigo 10 da Lei nº 9.269. Ele entende que, “além de não regular a Constituição de forma completa – esquece-se dos crimes postais –, tipifica como crime a quebra de segredo de Justiça, assunto não tratado na Carta e já definido no Código Penal”.

Alcântara afirma que o próprio código tipifica de forma incompleta o crime de interceptação e uso abusivo dos meios de comunicação, pois, no caso de corres-

pondência, pune a interceptação, mas não prevê sanção para o uso abusivo das informações.

– Quanto aos meios elétricos e eletrônicos, faz o contrário: pune o uso abusivo, mas esquece-se da interceptação ilegal – conclui o senador.

Com o projeto, o senador espera corrigir as falhas do Código Penal e revogar artigos de outras leis que tratam do mesmo assunto, permitindo a adequação da legislação em função do desenvolvimento tecnológico e a aplicação de penas mais graves ao crime de interceptação ilegal de informações.



Lúcio Alcântara deseja adequar a legislação ao desenvolvimento tecnológico

## Marina se diz inconformada e pede CPI sobre privatização

Analisando as conseqüências do grampo telefônico que resultou no afastamento das autoridades responsáveis pela privatização do sistema Telebrás, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem estar inconformada com o tratamento dado à questão. “Advogo a criação de uma CPI para não deixar a população numa situação de impotência diante disso”, salientou.

Referindo-se a artigo assinado pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira na *Folha de S. Paulo*, a senadora se disse assustada com a forma como ele trata o conteúdo das fitas. Aludindo ao personagem Riobaldo, de Guimarães Rosa, e sob o título “Viver é muito perigoso”, o ministro diz que, nos dias atuais, “ser político e defender o interesse público é ainda mais perigoso”.

Marina considerou significativo o ministro citar o personagem Riobaldo, que foi enganado por Diadorim, e comentou que isso não aconteceu por mera coincidência. “No Brasil, é prática recorrente as pessoas se concentrarem em alguns *ismos* para não entrar no mérito das questões”, disse ela, exemplificando que termos como “purismo” e “esquerdismo” têm servido para desqualificar a ação coerente de muitas pessoas.

No artigo, Bresser Pereira diz que as autoridades que conduziam a privatização e que agora foram afas-



Marina Silva comenta artigo assinado pelo ministro Bresser Pereira

tadas do governo aprenderam que “fazer política com P maiúsculo é muito perigoso”. Marina observou que certamente não se caracteriza como “política com P maiúsculo” o comportamento revelado na transcrição das conversas grampeadas do ex-ministro das Comunicações e do ex-presidente do BNDES.

Defendendo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o caso, ela argumentou que o Senado já enfrentou quatro episódios que poderiam ter sido elucidados por CPI. Referia-se às denúncias relativas à quebra do Banco Econômico, ao contrato do Sivam, à compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição e à gravação das conversas sobre o leilão do sistema Telebrás.

## Távola tenta aprofundar discussão sobre drogas

O narcotráfico, o tráfico interno e o tratamento a ser dado aos usuários de drogas envolvem tal complexidade que, na opinião do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), é necessário aprofundar a discussão legislativa, com a incorporação de contribuições que a sociedade tem a dar.

A afirmação foi feita ontem pelo senador a partir de dois motivos: a entrada na Ordem do Dia, amanhã, de dois projetos relativos à prevenção, repressão e tratamento do tráfico de drogas nacional e internacional; e a realização, no fim de semana, no Colégio Militar de Brasília, do I Fórum Nacional Antidrogas, que coincidiu com a escolha de Walter Maierowitch para titular da recém-criada Secretaria Nacional Antidrogas. Uma das subcomissões do fórum dedicou-se ao debate desses projetos, concluindo pela necessidade de aperfeiçoá-los.

Para que o Senado possa melhor apreciar a matéria, o recomendável seria um adiamento, “a fim de receber as conclusões do fórum”, sugeriu. Em resposta, o presidente em exercício, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), disse que o Regimento Interno abre várias possibilidades para isso.

Conforme Távola, que participou do fórum como observador, o novo



Realização do Fórum Nacional Antidrogas traz esperança, diz Távola

secretário quis iniciar seu trabalho consultando a sociedade. “Impressão a resposta”, disse. Ao longo de três dias, acrescentou, mais de mil pessoas – entre juristas, médicos, psiquiatras, psicólogos, professores – discutiram com profundidade os vários ângulos da questão.

No âmbito da ação do Estado, caberá à nova secretaria a coordenação dos órgãos que lidam, direta ou indiretamente, com a questão das drogas, observou Távola. Há algumas tensões entre esses órgãos, notou. Como o problema das drogas não pode ser reduzido à mera prevenção, ou à mera repressão ou ao mero tratamento, alertou o senador, a realização do Fórum Nacional Antidrogas “trouxe a esperança de um bom começo”.

## Bello Parga defende voto distrital

“O voto distrital dará mais agilidade ao processo legislativo”, afirmou ontem o senador Bello Parga (PFL-MA), explicando que essa forma de eleição melhorará a governabilidade do país, ao concentrar na Câmara maior número de deputados das mesmas correntes ideológicas. “Será mais fácil para o governo montar uma maioria estável e, assim, obter aprovação dos projetos de seu interesse no Congresso”.

Bello Parga reconheceu, no entanto, que esse não é um sistema perfeito, por não permitir que todas as forças políticas do país estejam representadas, como acontece com o sistema proporcional. A solução, a seu ver, poderia ser a eleição de dois terços (ou sete décimos) dos representantes por voto distrital e um terço (ou três décimos) pelo sistema proporcional. “Há fórmulas matemáticas para se chegar a um equilíbrio”, argumentou.

O senador maranhense lembrou que o projeto de reforma política já foi aprovado pela Comissão Especial, presidida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), estando pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. “Eu sou parlamentarista e, portanto, partidário do voto distrital; mas mesmo no presidencialismo a adoção do voto distrital se impõe.”

O sistema proporcional de voto, segundo o senador, é um elemento de divergências entre os partidos, com os pré-candidatos brigando entre si, ao invés de debaterem as questões relevantes do país. “Não devemos, porém, entrar na celeuma de querer modificar o número de deputados estaduais nas assembleias ou federais na Câmara, porque atrapalharia muito a decisão”, observou Bello Parga.



Parga acredita que sistema distrital aumentaria governabilidade do país